

O beco sem saída e a ameaça nuclear

A Guerra da Coreia (1950-1953) nunca terminou com um tratado de paz. A ferida foi reacendida hoje com profundas implicações para toda a região e para o mundo inteiro. A queda-de-braço entre Washington e Pyongyang torna a situação hoje instável e o futuro aleatório.

Não havia nada de inevitável na atual espiral de conflitos. Para reduzir as tensões na península, teria sido suficiente que os Estados Unidos tivessem suspenso as grandes manobras militares empreendidas com a Coreia do Sul contra a Coreia do Norte – ou que Pyongyang tivesse respondido favoravelmente às propostas de diálogo apresentadas após a sua recente eleição pelo novo presidente sul-coreano Moon Jae-in.

O que quer Kim Jong-un?

Quer assegurar a sobrevivência do regime face a um ambiente internacional muito hostil e, para isso, quer obrigar os Estados Unidos a assinar um tratado de paz com todas as formalidades – que, após o armistício de 1953, nunca foi assinado – e a reconhecer a Coreia do Norte como um Estado nuclear. Tendo em conta o destino imposto ao Iraque de Saddam Hussein ou à Líbia de Kadhafi, Kim está convencido de que a posse desse arsenal constitui, a médio prazo, uma garantia indispensável de independência, sabendo que, para o futuro, a proteção chinesa é aleatória.

Pyongyang anuncia regularmente que o abandono do seu programa nuclear é algo que pode ser contemplado no caso de os Estados Unidos porem fim às hostilidades, algo que os principais meios de comunicação social ocidentais raramente mencionam. Foi a posição da Coreia do Norte nas negociações diplomáticas dos anos 90 ou 2000. No entanto, podemos duvidar que hoje, tendo

em conta os progressos realizados neste domínio, o regime esteja disposto a fazê-lo, sem pelo menos obter garantias consideráveis que envolvam, por exemplo, a desnuclearização de toda a península coreana e dos seus arredores.

O lugar dado às armas nucleares é uma marca de Kim Jong-un. Com efeito, modificou radicalmente a política seguida perante ele pelo seu pai e avô sobre dois eixos: por um lado, acelerando brutalmente este programa (multiplicação de ensaios e tiros, aumento da gama de mísseis balísticos, miniaturização e construção de numerosas ogivas, investigação sobre a bomba de hidrogénio...) e, por outro lado, permitindo a liberalização parcial de uma economia de mercado a fim de estabilizar a situação social interna que permanece muito frágil.

A sua política é racional, como salientam muitos especialistas, mas não deixa de ter consequências muito graves: o relançamento da corrida aos armamentos, a ascensão do militarismo na região (em particular no Japão), o fim da abertura iniciada na Coreia do Sul após a derrubada da direita revanchista. O novo presidente, Moon Jae-in, pertence a uma tradição política que atribui grande importância à questão nacional, à reunificação do país e, portanto, a uma abertura em direcção a Pyongyang. As suas ofertas de diálogo não eram provavelmente fictícias.

No entanto, Kim Jong-un só quer negociar com os Estados Unidos e ignora o Presidente Moon. Nestas condições, Moon considera que é obrigado a aceitar o reforço da presença militar norte-americana no seu país e a instalação de novas baterias de mísseis anti-míssil Thaad, que rejeitou imediatamente após a sua eleição.

O que quer Donald Trump?

Ele quer, em primeiro lugar, aquilo que tanto o establishment democrata como o republicano querem: não reconhecer a Coreia do Norte. Os avanços diplomáticos iniciados na década de 1990

com Bill Clinton foram sabotados por George Bush Junior (que colocou Pyongyang no eixo do mal) e Barak Obama, que seguiu a mesma política.

O contexto atual reforça essa postura agressiva. O estado legal de guerra na península (não pacífico) permite que as bases militares dos EUA na Coreia do Sul sejam mantidas ou mesmo reforçadas. Na opinião de Washington, este desafio estratégico é particularmente importante quando a hegemonia chinesa é reforçada no Mar do Sul da China: a hegemonia dos EUA deve, nessa medida, ser afirmada vigorosamente no Pacífico Norte.

Recorde-se que os mísseis Thaad implantados na Coreia do Sul têm um alcance operacional que cobre uma grande parte do território chinês e não apenas a Coreia do Norte – o que suscita grande preocupação em Pequim, uma vez que neutraliza em grande medida o seu próprio arsenal nuclear... De fato, por ocasião da crise coreana, Trump quer pressionar Pequim por razões globais: a grande potência estabelecida (neste caso os Estados Unidos) não aprova a implantação internacional da jovem potência emergente (China).

Donald Trump e o alto comando das forças armadas também querem obter um aumento considerável do orçamento militar, o que está longe de ser algo já alcançado; um clima de guerra é um argumento forte nas negociações no Congresso dos EUA. Ele também quer nos fazer esquecer a sua situação desastrosa em casa (escândalos, crescente impopularidade...).

Julgado demasiado imprevisível, será que este macho inveterado alguma vez vai querer dar consistência à sua retórica vingativa e anúncios apocalípticos, mesmo à custa da criação de um incidente que desencadeia uma reação em cadeia incontrollável?

Tudo isto constitui um cocktail temível que preocupa mesmo os mais próximos aliados internacionais dos Estados Unidos.

Outro factor potencial de instabilidade é a evolução da situação na Coreia do Norte. Até agora, as sanções econômicas internacionais não atingiram os seus objetivos. O regime tem os meios para se esquivar a eles (ainda que com custos financeiros consideráveis) e pode contar com o nacionalismo da população, que não esqueceu até que ponto o país foi literalmente reduzido a cinzas pelos bombardeamentos dos EUA nos anos 50. Até agora, o regime tem suportado e expurgado sem reservas qualquer líder norte-coreano que possa parecer uma alternativa ao Kim Jong-un. No entanto, se, num futuro próximo, viessem a surgir fissuras no aparelho do partido-Estado, quais seriam as consequências?

A corrida pelas armas nucleares

Não há dúvida sobre a responsabilidade histórica dos Estados Unidos na atual situação de crise. No entanto, o próprio regime da Coreia do Norte tornou-se um fator activo de militarização no Pacífico Norte e não só. Agora, qualquer confronto militar nesta parte do mundo, mesmo que “acidental”, pode tornar-se nuclear.

A corrida às armas nucleares está a expandir-se. Os Estados Unidos, a França... estão tentando criar as condições políticas para o uso efetivo de bombas supostamente táticas. O desenvolvimento de escudos de mísseis (pouco testados) pelos Estados Unidos leva a Rússia a manter o seu arsenal a um nível muito elevado e a China a aumentá-lo. O parque de ogivas chinesas é pequeno; foi considerado suficiente no passado, mas já não é mais: tem de ser modernizado, aumentado e dispersado nos oceanos, através de uma frota de submarinos estratégicos... de que Moscou é fornecedor, mas ainda não Pequim.

O Tratado de Não Proliferação está desatualizado.

Nestas condições, é dramático que em França não haja um movimento significativo a favor do desarmamento nuclear e contra a política governamental (de todos os governos) neste

domínio.

Original: [ESSF](#)